

**Reunião virtual vespertina**  
**Segmento:** Empresarial

1 Aos 03 dias do mês de agosto de 2022, às 14h40, utilizando-se da plataforma *Microsoft Teams*, a  
2 Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento,  
3 conforme convocatória, inicia a Reunião virtual vespertina, com o Segmento Empresarial, relativa à  
4 Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico - PDE. A Sra. Patrícia Saran,  
5 Coordenadora do Processo Participativo, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e,  
6 para garantia de acessibilidade digital, instrui quanto ao uso das ferramentas disponibilizadas na  
7 plataforma. Informa que a convocação da reunião foi publicada no Diário Oficial da Cidade em 07 de  
8 julho de 2022 e no dia 08 de julho de 2022 em jornal de grande circulação. Em seguida, requereu que  
9 todos assinassem a lista de presença, cujo link consta no *chat* da reunião. Apresenta a equipe da  
10 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento presente na reunião e passa a palavra ao  
11 Secretário-adjunto, Sr. José Armênio de Brito Cruz, após agradecer a presença de todos, ressalta a  
12 importância de ouvir também o segmento empresarial nesse momento de avaliação do diagnóstico.  
13 Cita estar atento às considerações que os participantes da reunião apresentarão e afirma estar à  
14 disposição para esclarecer eventuais dúvidas. Devolveu a palavra para a Sra. Patrícia Saran dar  
15 sequência aos trabalhos, pactuando com os presentes que, a princípio, a reunião não teria controle do  
16 tempo das falas dos presentes, apenas se houvesse muitos inscritos seria definido um período  
17 específico de fala. Um vídeo institucional sobre a revisão intermediária do Plano Diretor da capital foi  
18 transmitido (link: <https://www.youtube.com/watch?v=e8JQX2M5Y04>). Em seguida novo vídeo é  
19 apresentado aos presentes, com as informações gerais sobre o diagnóstico realizado sobre a  
20 implementação do atual Plano Diretor Estratégico, desenvolvido pela Coordenadoria de  
21 Planejamento Urbano da SMUL - SMUL/ PLANURB. **Seguindo às manifestações dos presentes**, o Sr.  
22 Eduardo Della Manna pergunta a data para abertura dos canais para formalização das propostas. A  
23 Sra. Patrícia Saran responde que a Etapa de Levantamento de Propostas está prevista para ocorrer  
24 entre setembro e outubro. No entanto, informou que ocorrerão reuniões com o Grupo de Trabalho  
25 do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) para alinhamento das atividades participativas  
26 das Etapas 2 e 3 do Processo Participativo. A Sra. Lorryne Rosa, da Associação Brasileira de  
27 Shopping Centers (ABRASCE), reitera o pleito dos shoppings centers. Afirma que a partir de  
28 setembro encaminharão na plataforma eletrônica, as 12 propostas elaboradas conjuntamente com os  
29 shoppings centers de São Paulo para a revisão intermediária do PDE. Cita estar feliz de ver o  
30 diagnóstico mostrando o aumento da mobilidade com ampliação de ciclofaixas e melhoria da  
31 mobilidade, isso é convergente com o que eles estudaram. Esclarece que precisam de lojas, que não  
32 possuem mais espaço nos empreendimentos, porém possuem vagas ociosas e que gostariam de usar  
33 esse local de estacionamento para colocar outras lojas. Parabeniza pelo trabalho desenvolvido pela  
34 Secretaria e aponta que as reuniões estão sendo muito produtivas. A Sra. Taísa Menqui se apresenta  
35 e cumprimenta os presentes. Esclarece que representa o escritório de advocacia contratado pela  
36 Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE). Reitera a fala da Sra. Lorryne Rosa,  
37 reiterando o pedido de análise do pleito dos shoppings centers, especialmente em relação às vagas  
38 ociosas. A Sra. Beatriz Messeder, Coordenadora de Política Urbana na Associação Comercial de São  
39 Paulo - ACSP, solicita registro de sua participação na lista de presença, uma vez que está sem acesso  
40 ao *chat* da reunião. Manifesta sua contribuição dizendo que uma cidade mais inclusiva, mais dinâmica  
41 e mais democrática se faz por meio da articulação dos conselhos deliberativos e via descentralização  
42 de poder, empoderando as Subprefeituras como órgãos executores. Fala sobre o adensamento feito  
43 nos subcentros e tramitação de Projetos de Intervenção Urbana (PIU), operações urbanas  
44 consorciadas, e planos setoriais para não sobrecarregar os eixos. Parabeniza pelo trabalho do  
45 monitoramento, verificando a necessidade de revisão dos PIUs, das cotas de solidariedade e da

46 redação de alguns outros instrumentos. Destarte, informa que vão protocolar, quando oportuno, suas  
47 propostas. Além disso, considera que seria imperioso valorizar os Planos de Bairro, de o PDE rever o  
48 conceito desses Planos, e rever/ prever diretrizes de como eles devem ser elaborados. Lembra que já  
49 fizeram suas contribuições nas audiências temáticas, especialmente sobre a revisão das Zonas  
50 Especiais de Interesse Social (ZEIS), mobilidade (compatibilização de sistemas, linhas mistas, mini  
51 terminais, etc.), muito importante valorizar os Planos Setoriais (Plano de habitação e de mobilidade),  
52 revisão da Transferência do Direito de Construir (TDC), efetivação e regulamentação dos Territórios  
53 de Interesse Cultural e da Paisagem (TICP), as políticas de expansão de áreas verdes, e  
54 principalmente as subcentralidades nas franjas da cidade, bem como o real incentivo ao uso misto no  
55 centro. Nele, aponta que já existe uma infraestrutura e capacidade instalada. Destaca como pleito  
56 importante, também, ajustes na Lei do Requalifica, que deve possibilitar os incentivos, tanto fiscais  
57 quanto urbanísticos, para edifícios de uso misto, uma vez que isso não ocorreu. Em seguida, o Sr.  
58 Márcio Chéde, SECOVI-SP, coloca que houve um grande adensamento nos eixos, porém identifica  
59 sinais de exaustão. Identifica que o perímetro estabelecido é pequeno e que não acomodará toda a  
60 demanda. Reforça que os PIU não foram aprovados até o momento e que, mesmo que aprovados,  
61 aponta que a contrapartida financeira está fora da realidade do mercado além de estarem em áreas  
62 degradadas. Entende que, involuntariamente, a Prefeitura não está fornecendo condições do  
63 mercado atuar fora do Eixo, reforçando a necessidade de ampliação destes perímetros. O Sr. Vladimir  
64 Iszlaji, da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), afirma que seria muito  
65 importante focar na revisão intermediária, uma vez que em 2014 o PDE foi concebido com as  
66 diretrizes consagradas internacionalmente como vantajosas (desenvolvimento orientado para  
67 transporte sustentável). Comparando o centro expandido em 2010 e em 1980, verifica que o local  
68 perdeu população. Aponta que o setor imobiliário, historicamente, concentra sua produção nessa  
69 mesma região, já consolidada e que possui apenas 7 milhões de metros quadrados para investimento.  
70 Entende que, mantido este ritmo, em 2029 não haverá área disponível para construção. Construindo  
71 o que se pretende, alcançaríamos uma produção de 500.000 unidades em 7 anos, e o déficit de São  
72 Paulo é 600.000. Também cita a demanda de quase 460.000 unidades por questões demográficas até  
73 2030. Desse modo, 500.000 unidades ficam muito aquém do necessário, isso levando em conta a  
74 imensa produção imobiliária da última década. A lógica de aproximar moradia do transporte deve ser  
75 percorrida, mas é preciso aprimorar a forma como enfrentamos esse desafio. A partir de 2014 houve  
76 maior produção privada de Habitação de Interesse Social (HIS) em ZEIS, mas a produção específica  
77 em ZEIS começou a se mostrar decrescente. Compreende que isso teria origem na dificuldade de  
78 manter essa produção por meio dos agentes privados e de diminuição do financiamento para as  
79 famílias de renda até 3 salários mínimos. Destacou que precisaria levar todo esse contexto em  
80 consideração para fomentar o retorno dessa produção de HIS em ZEIS. Sr. Eduardo Della Manna,  
81 reinscrito, aponta a necessidade de articulação entre Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento  
82 Econômico (PIDE) e Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico (PEDE). Acredita que a  
83 revisão poderia criar mais incentivos para a iniciativa privada produzir mais HIS, na faixa 1. Sugere  
84 criar no quadro 4 um HIS faixa 1,5 (entre 3 e 4 salários mínimos). Propôs, igualmente, que o artigo  
85 123 do PDE deva autorizar também a transferência de potencial construtivo para fins de viabilizar a  
86 produção de HIS pela iniciativa privada. É favorável, outrossim, que o FUNDURB tenha uma visão  
87 menos setorial e mais territorial na aplicação dos seus recursos. Acrescentou que se deveria ampliar a  
88 área de Eixos, estabelecendo um coeficiente de aproveitamento máximo superior a 4 (entre 6 e 8) na  
89 primeira faixa com cota 20; e na segunda faixa de eixos uma cota de 30 possibilitando outro tipo de  
90 produto, isso porque tem uma produção de apartamentos menores, e desse modo haveria  
91 oportunidade de produzir apartamentos maiores. Mencionou, ademais, inserir o conceito de corredor  
92 ambiental urbano no PDE (Lei nº 14.285/2021), para ocupá-los com atividades residenciais e não  
93 residenciais, e assim promover a sustentabilidade de córregos com uma ocupação efetivamente  
94 sustentável. Ressaltou que em relação ao Guia de Planos de Bairros, ele já existe, está no site da

95 Prefeitura e é um ótimo roteiro para a produção dos Planos de Bairro. O Sr. Alexandre Daud, membro  
96 da Associação Brasileira dos escritórios de Arquitetura (ASBEA), afirma identificar escassez de áreas  
97 de eixo. Informa que recebem frequentemente os mesmos terrenos para análise, implicando em  
98 elevação do custo da construção e que incorporadores desistam dos produtos mais compactos para  
99 se concentrarem na produção das unidades mais caras. A alta renda tem como suportar esse aumento  
100 do INCC (Índice Nacional da Construção Civil), muito mais que uma camada média. A restrição que  
101 foi imposta está muito inflexível e gera mais do mesmo, pois o incorporador não está conseguindo  
102 desenvolver outro produto para chegar naquilo que a Lei permite. Reivindicou o artigo 174 da Lei de  
103 Zoneamento, disposição transitória que durou 3 anos, e apresentava um caminho intermediário. A  
104 Sra. Heliana Lombardi Artigiani, Coordenadora de **PLANURB**, menciona que não se recorda como  
105 esse pleito dos shoppings centers está tratado no Plano Diretor, que o aumento da área bruta locável  
106 (ABL) indica a necessidade do aumento do número de pessoas. Prontamente, a Sra. Lorryne Rosa  
107 esclarece que em setembro vão passar a documentação, e gostariam de nova certidão de diretrizes  
108 para ter toda uma adaptação de estrutura, antes é preciso entender também que tipos de lojas serão  
109 inseridas nesses locais, e sabe que isso demandaria uma nova certidão de diretrizes. Retomando a  
110 fala a Sra. Heliana Lombardi Artigiani aborda os Eixos – questão que se fez mais evidente.  
111 Compreende ser um tema polêmico, ficando curiosa com os números apresentados pelo Vladimir,  
112 pergunta se o dado envolve todas as áreas eixo da cidade. O Sr. Vladimir Iszlaji comenta que só  
113 considerou o eixo em regiões dentro do centro expandido. Esclareceu que, do ponto de vista de  
114 mercado, ele não tem comprador para locais tão distantes. Informa que pesquisas com empresas de  
115 mercado, conclui que as pessoas sempre buscam uma situação melhor do que a que eles possuem  
116 hoje, e milhares de entrevistados demonstram que as pessoas querem ir sempre um pouco mais para  
117 o centro. Os cálculos demonstram que a produção é insuficiente ainda sem levar em consideração o  
118 local onde esses imóveis vão ser construídos. A Sra. Heliana Lombardi Artigiani retoma a palavra e  
119 esclarece que o desafio - enquanto órgão regulador, e o do mercado - enquanto desenvolvedor e  
120 transformador do território, é reconhecer áreas de eixo que não são atualmente exploradas, sendo  
121 necessário promover moradia para as pessoas considerando a transformação dos eixos em toda a  
122 cidade. A Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) também é um desafio, precisamos que  
123 aquela região mude seu uso. E só com isso teríamos mais área disponível para desenvolvedores. O  
124 mercado imobiliário também é influenciado por quem compra, mas é importante que áreas  
125 periféricas também sejam consideradas e atrativas para resolver essa conta. Dessa forma,  
126 desafogaria o eixo da região do centro expandido e atenderia as estratégias do PDE. Também  
127 menciona, que a MEM ainda não possui parâmetros atrativos, pois falta a regulamentação dos PIUs.  
128 Reforça ser inviável olhar apenas para o eixo nas regiões estruturadas, apontando a necessidade de  
129 consideração das outras áreas da cidade que também tem essa característica e/ou potencial de  
130 transformação. Em relação à ZEIS, criar mais incentivos, seria importante para controlar e fomentar  
131 que pessoas façam o uso adequado do instrumento. Em relação ao FUNDURB entende que necessita  
132 de uma transformação para que tenha mais força em promover desenvolvimento urbano e não  
133 apenas obras. Em seguida, agradeceu as contribuições e passa a palavra para o Sr. Fernando  
134 Gasperini, arquiteto da PLANURB, que agradece pelo debate, incentiva a continuidade de troca e de  
135 envio de colaborações. Das questões levantadas, considera que muitas extrapolam o âmbito do PDE,  
136 mas estão todas relacionadas. Nas Subprefeituras, considerou ser essencial que haja implementação  
137 do que foi planejado no PDE. Áreas de Estruturação Local e Planos de Bairros também precisam  
138 dessa institucionalização nas Subprefeituras. Sobre os shoppings centers, a PLANURB tem um estudo  
139 da CET, que verifica os impactos dos aplicativos de mobilidade e demonstra que esta tecnologia teve  
140 influência na demanda por transporte particular. A Sra. Lorryne Rosa informou que as contribuições  
141 da ABRASCE foram encaminhadas às Secretarias responsáveis através de processo SEI a fim de que  
142 todos os órgãos envolvidos tenham um panorama claro do que cada um precisaria ajustar/ alterar,  
143 dentro desta demanda do setor. O Sr. Fernando Gasperini retoma sua fala tratando da concentração

144 de oportunidades no centro expandido, sendo o desafio a ser enfrentado o de descentralizar esse  
145 desenvolvimento. A MEM (15% da área total da cidade) e os eixos (4% da área total da cidade) são  
146 áreas de transformações estruturantes. A Macroárea de Urbanização Consolidada (MUC) e  
147 Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM) têm maiores restrições, tanto pela consolidação,  
148 quanto em função de outras camadas de planejamento e paisagem, por exemplo, maior presença de  
149 Zonas Exclusivamente Residenciais (ZER) e proteção ao patrimônio histórico da cidade. O PDE traz  
150 que a Rede de Estruturação e Transformação Urbana é a área prioritária para desenvolvimento da  
151 cidade. Essa é composta por quatro elementos, sendo dois deles os que concentram as oportunidades  
152 de transformação estruturantes (MEM e os Eixos) e os outros dois são mais áreas de qualificação  
153 urbana (rede hídrica ambiental e rede de estruturação local). Destarte, pondera ser problemático ter  
154 eixo onde a cidade já se desenvolveu, os potenciais estariam na MEM e na Macroárea de Qualificação  
155 Urbana, enfrentando o desafio de desenvolver a cidade de forma equilibrada. Em relação ao  
156 FUNDURB, cita que o PDE previu que os seus recursos fossem utilizados prioritariamente nas áreas  
157 de maior vulnerabilidade e vinculados às ações previstas no PDE, devendo isso ser aperfeiçoado para  
158 sua concretização. Há um descompasso entre a demanda habitacional das camadas de menor renda e  
159 o acesso de crédito imobiliário, essa circunstância restringe o acesso de quem mais precisa aos  
160 produtos imobiliários mais bem qualificados. Consoante à cota parte, entende que ela representa  
161 uma restrição, porém também pode representar uma média de 80 metros quadrados. A diminuição  
162 da área oferecida é mais uma escolha do mercado, uma vez que essas microunidades aparecem em  
163 composição conjunta com unidades maiores, portanto não se tratando de restrições normativas.  
164 Passou a palavra para o Sr. José Armênio de Brito Cruz, o qual agradece todos os comentários e  
165 menciona que o esgotamento e exaustão dos Eixos é uma questão de tempo e de razões exógenas ao  
166 planejamento urbano. A MEM, apesar de não estar com os novos coeficientes dos PIUs, representa  
167 um desenvolvimento importante na cidade, ela é quase três vezes a área dos eixos. O PDE acabou  
168 gerando um desenvolvimento desregrado, uma vez que exauriu os Eixos, por razões exógenas.  
169 Atualmente os PIUs estão destravados, não há mais impedimento judicial, e a MEM funcionará  
170 efetivamente com os PIUs liberados. Concorde com a observação acerca do FUNDURB, e que a  
171 territorialização do FUNDURB pode acontecer através da Área de Intervenção Urbana (AIU) dos  
172 PIUS. Elas são uma forma de territorialização fundamental para captar o recurso no local e investir  
173 ali. O PDE não previu todas as circunstâncias que levaram ao mercado a investir mais nos Eixos.  
174 Considerou que outros índices, além do coeficiente, poderiam ser pensados para gerar novas  
175 centralidades na cidade a fim de gerar demanda, para que o mercado produza com base onde já existe  
176 emprego. Os Eixos na periferia tem uma atividade econômica local. Informa que os PIUs devem ser  
177 aprovados ainda em agosto e no futuro veremos como isso vai intervir na cidade. Ao se esgotar uma  
178 via, o mercado vai buscar uma nova centralidade, uma nova demanda. A Sra. Patrícia Saran lê o  
179 comentário feito pela Sra. Laiz Landi no chat: *“Prezados, senti falta de preocupação com o aumento  
180 da impermeabilização dos terrenos com mudanças nos eixos, face aos problemas de alagamento e  
181 inundações. E a questão do incentivo do “retrofit” no centro, aproveitando áreas degradadas para  
182 moradia”*; em seguida, passou a palavra para a Sra. Amanda Paulista. Esta observa a necessidade de  
183 pensar a proteção e ampliação de empreendimentos depois de sua instalação. Empreendimentos  
184 convivem com áreas residenciais e o fim de residência está bastante incentivado. Assim, vislumbra-se  
185 um aumento do adensamento em médio prazo em torno desses empreendimentos e isso pode  
186 impactar na continuidade dessas atividades econômicas. Os perímetros de incentivo têm muita área  
187 de Eixo e em ZEIS 2. Ou seja, essas áreas para empreendimentos e indústrias estão muito próximas  
188 de áreas que incentivam o adensamento populacional. Consequentemente haverá conflitos e os  
189 parâmetros de incomodidade não dão conta de solucioná-los. Tudo a exigir um desenvolvimento  
190 econômico não por si só, mas uma melhora da qualidade de vida das pessoas, com diversidade de usos  
191 sem perda de qualidade de vida. O Sr. Vladimir Iszlaji, complementando suas colocações, reconhece  
192 ser um largo desafio o de gerar novas centralidades e entende que o PDE atual não foi suficiente. Em

193 relação à MUC, a legislação urbana tem um papel relevante nessa sensação de saturação, uma vez  
194 que os dados que mencionou anteriormente revelam que, uma região reconhecida pela sua oferta de  
195 infraestrutura, apesar de possuir uma área grande em relação à disponível para implementação de  
196 investimentos pelo mercado. E que a legislação exerceu um papel considerável nessa redução de  
197 áreas. Comenta que na região do Tatuapé a definição dos eixos - apenas próximo à estação de metrô,  
198 reduziu a área na qual o PDE anterior permitia uma verticalização. Cita também a Operação Urbana  
199 Água Branca, que apresentava um desenvolvimento pujante e, a partir de 2013, isso foi paralisado.  
200 Concluiu dizendo que essas interrupções indicam que havia possibilidades de desenvolvimento fora  
201 do eixo centro-sul-oeste. Menciona a relevância de pensar novas formas de adensamento além das  
202 faixas próximas ao transporte, abarcando regiões que estavam se desenvolvendo. O Sr. Márcio  
203 Chéde lembra que todos os Projetos de Lei de PIUs e Operações Urbanas que estão em tramitação na  
204 Câmara Municipal de São Paulo receberam contribuições e pareceres advindos do mercado  
205 imobiliário. Em sua opinião, os PIUs não vão cumprir com seus objetivos, pois são incapazes de aliviar  
206 os Eixos e promover o desenvolvimento. A Sra. Heliana Lombardi Artigiani, em suas considerações  
207 finais, pontua que o PDE incentiva o crescimento ao redor dos Eixos e na MEM, quando isso se  
208 esgotar seria necessário uma revisão dessa diretriz. A MEM tem como característica própria a  
209 transformação urbana. Quanto à relação cota e vaga, e ao tipo de produto que vem sendo construído,  
210 a concorrência dos terrenos nas mesmas regiões exige da Prefeitura e da indústria da construção civil  
211 uma mudança de mentalidade para extrapolar as áreas preferidas, a fim de atender a população que  
212 mais precisa com custo acessível. Ressalta que quando uma região muda sua vocação, anteriormente  
213 totalmente industrial, existe mesmo um conflito e esse momento de transição pode ser complicado.  
214 Um uso misto que não cause incomodidades e/ ou desconforto deve ser garantido e incentivado.  
215 Ressalta ser uma questão muito relevante a apresentada pela Sra. Amanda Paulista. O Sr. Fernando  
216 Gasperini cita que, na revisão intermediária, é importante preservar os conceitos do PDE. Os Eixos  
217 responderam muito bem aos incentivos, por estarmos no meio da aplicação do PDE e é essencial  
218 ainda aguardar e testar como a MEM responde aos incentivos programados no Plano. O uso misto  
219 pressupõe uma harmonia entre usos residenciais e não residenciais e assiste-se um aumento nos  
220 conflitos de vizinhança, demandando realmente um olhar para essa questão. Chamou a atenção para  
221 o crescimento de reclamações relativas aos parâmetros de incomodidade e necessidade de se atuar  
222 para melhorar essa condição. Eixos e MEM são áreas importantes na estratégia de levar  
223 desenvolvimento para a periferia, e a qualificação urbana desses territórios é necessária, uma vez  
224 que são locais vulneráveis e carentes de infraestrutura. A visão do plano de desenvolvimento dos  
225 eixos causou mesmo essa divergência em relação ao que estava ocorrendo no Tatuapé e Anália  
226 Franco e essa é uma discussão importante de ser feita com base nos estudos técnicos relacionados  
227 aos eixos. O Sr. Eduardo Della Manna comenta que muito tem se falado dos PIU, e que eles seriam  
228 aprovados prontamente, no entanto, entende que não foram plenamente solucionados os seus  
229 entraves. Ainda deve se seguir a resolução CONAMA, que em determinados casos exige EIA RIMA, e  
230 a revisão intermediária poderia desarmar a armadilha semântica respondendo ao questionamento se  
231 o PIU é projeto urbanístico ou é Plano urbanístico. Entende que isso é fundamental para avançar com  
232 a segurança jurídica devida para implementação dos PIUs. No seu entendimento, não basta afirmar  
233 que PIU é plano e não projeto. O Sr. José Armênio de Brito Cruz informa que há um parecer  
234 esclarecendo PIU enquanto plano, que terão projetos que demandam EIA/RIMA, mas assim como o  
235 PDE, ele se preserva em uma escala de Plano. Observa que o problema ocorrido na Operação Urbana  
236 Água Branca foi um problema de não observância dos parâmetros técnicos. Havia uma metodologia a  
237 ser aplicada e quando chegou à Câmara o valor do Certificado de Potencial Adicional de Construção  
238 (CEPAC) dobrou, criando dificuldades para sua realização. Pondera ainda que o Eixo em Shenzhen, na  
239 China, tem um desenho diverso do nosso PDE, mas teve o mesmo resultado. Assim, conclui que as  
240 transformações acontecem ao longo do tempo e o mercado se transforma, sendo as possibilidades  
241 construídas também. Comenta que muitas vezes o aumento do preço da terra é oriundo justamente

242 das atividade de quem reclama e sofre com ele. Agradece a todos novamente pela presença e  
243 agradece ao Sr. Ricardo Viegas pela coordenação de todo esse processo de revisão do PDE. A Sra.  
244 Patrícia Saran retomou a palavra, agradece a presença de todos e convida a continuarem a participar  
245 das demais agendas do Plano Diretor acompanhando as agendas através da plataforma eletrônica  
246 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/> e convida a todos para participarem também da consulta  
247 eletrônica na plataforma <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>. Às 17h01 encerra os trabalhos  
248 da reunião. A íntegra da reunião pode ser consultada através da plataforma eletrônica  
249 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/> . Os documentos desta reunião  
250 se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0008207-4.